

Entidades empresariais articulam frente contra o corte de benefícios

Entidades pressionam contra decretos

Líderes afirmam que corte de benefícios fiscais prejudica a economia. Governo reafirma ato como forma de manter serviços

ANDERSON AIRES

anderson.aires@zerohora.com.br

Com discursos marcados por insatisfação e busca por alinhamento, cerca de 15 entidades setoriais, encabeçadas pela Federação das Entidades Empresariais (Federasul-RS), reuniram-se ontem para iniciar movimento de pressão pela revogação do corte de incentivos fiscais, promovido pelo governo do Estado. Dentre as medidas sugeridas, estão alertas à população sobre os efeitos do fim dos benefícios, aproximação com parlamentares e até atraso em pagamento de impostos a título de protesto.

A revisão de benefícios, que atinge 64 setores, foi anunciada pelo governador Eduardo Leite como alternativa à proposta de aumento na alíquota de ICMS, que não encontrou apoio na Assembleia Legislativa (*leia ao lado*). O Palácio Piratini reafirmou ontem a decisão como forma de sustentar os serviços públicos.

Na reunião, o presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, destacou a necessidade de as entidades agirem em bloco. Costa voltou a dizer que a retirada de incentivos prejudica a competitividade das empresas:

– A estratégia, neste momento, é de esclarecimento da opinião pública. No dia 21 de fevereiro, a gente abre o diálogo com o governo, com o parlamento gaúcho, colocamos tudo sobre a mesa e apresentamos as alternativas possíveis para aumento de arrecadação.

Informalidade

Presidente da Federação Varejista do Estado, Ivonei Pioner avalia que a taxa maior empurra empresários do varejo e do setor de serviços para a informalidade:

– O peso do Estado vai aumentar ainda mais pela não cobrança do imposto daqueles que precisam atuar na ilegalidade em função do ambiente de empreendedorismo que é colocado hoje.

O presidente da Associação Gaúcha de Supermercados (Agas), Antônio Cesa Longo, afirmou que os decretos podem afetar as famílias diante do aumento de preços em alimentos básicos. Ele defendeu atraso no pagamento de ICMS.

– Nosso setor está fechado em deixar de pagar o ICMS no dia 12 de abril. Ao invés de fazer bagunça, atrasa – disse Longo.



Federações e associações comerciais discutiram ações em reunião na Federasul

Dirigentes querem apoio de parlamentares

A presidente do Conselho da Mulher Empreendedora da Federasul, Simone Leite, citou a necessidade de discutir o tema de perto com a Assembleia. Esse seria um caminho para garantir apoio dos parlamentares e informar a opinião pública sobre os efeitos da medida de maneira mais incisiva.

– Vamos dar assunto para eles (deputados estaduais), pautas e até perguntar como eles podem nos ajudar. De que forma podemos atingir a base deles para levar esse assunto e mexer efetivamente com a opinião pública – afirmou.

O presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços (Fecomércio-RS), Luiz Carlos Bohn, também reforçou a necessidade de estreitar conversas com deputados estaduais para ampliar as chances de reversão dos decretos. Na avaliação de Bohn, a Assembleia tem de “se sentir empoderada” para ao menos “fustigar o governo” com a possibilidade de revogação das medidas por meio de decreto legislativo:

– Ficaremos mobilizados para que saia um resultado positivo, no sentido desse decreto ser totalmente anulado ou pelo menos parte dele.

Parlamentares do PT e do PL chegaram a apresentar requerimentos para sustar os decretos de Leite, mas o governo diz que a iniciativa não teria valor legal.

Vice-presidente do Sistema Fiergs/Ciergs, Marcos Oderich criticou a negociação individual de alguns setores junto ao governo do Estado. Na avaliação de Oderich, esse pleito restrito enfraquece a pauta. Oderich também afirmou que é necessário reverter o ambiente fiscal para impedir o fim da indústria no Estado diante da fuga de fábricas.

Unidade

Fábio Avancini Rodrigues, vice-presidente da Federação da Agricultura (Farsul), afirmou que o governo se atrapalhou no âmbito financeiro ao citar a queda de arrecadação com base de cálculo em anos atípicos, marcados por estiagens e pandemia. Em seguida, Rodrigues reforçou o coro por unidade entre os setores:

– As federações estão fazendo o seu trabalho, de tentar entender isso e propor mudanças. Evitar a divisão, porque é importante o foco e a coesão do setor empresarial do Rio Grande do Sul.

Entenda a polêmica

• Em meados de novembro, o governador Eduardo Leite anunciou proposta de aumento de ICMS, elevando a alíquota do imposto de 17% para 19,5% a partir de 2024.

• A medida seria alternativa para garantir divisão igual do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ante outros Estados, que já haviam elevado o ICMS. Um dispositivo previsto na reforma tributária (e que acabou retirado) previa divisão do IBS com base na arrecadação entre 2024 e 2028.

• A proposta causou atrito entre governo, entidades empresariais e parte da Assembleia Legislativa.

• Diante da impopularidade da medida no parlamento, Eduardo Leite anunciou um plano B, baseado no corte de benefícios de 64 setores e no aumento do imposto sobre a cesta básica.

• Em 16 de dezembro, três dias antes da votação do aumento do ICMS, o governo do Estado publicou os decretos com cortes de benefícios para setores produtivos do Estado. A retirada dos incentivos começa a valer em abril.

• Em 18 de dezembro, diante da falta de apoio na Assembleia e ciente de que sofreria uma derrota, Leite retirou o projeto, que seria votado no dia seguinte.

Cairolí critica Fazenda e Assembleia

GABRIEL JACOBSEN

gabriel.jacobsen@rdgaucha.com.br

Vice-governador do RS entre 2015 e 2018, José Paulo Cairolí (MDB) disparou, durante a reunião de ontem na Federasul, uma série de críticas a setores políticos e do funcionalismo do Estado.

Na primeira parte de sua fala, Cairolí, que foi vice de José Ivo Sartori (MDB) e esteve presente como ex-presidente da Federasul, afirmou que a Assembleia “é muito fácil de ser dominada”.

– Eu participei de uma negociação, deputado por deputado, trocam por qualquer coisa. O troço não é brincadeira. Saem da sala (*plêniária da Assembleia*) para não votar – disse.

Cairolí, que é do mesmo partido do atual vice-governador Gabriel Souza, disse na sequência ter certeza de que Eduardo Leite não levará a cabo a sua promessa de cortar os benefícios fiscais que são concedidos aos itens da cesta básica. Na avaliação do ex-vice, o decreto de Leite que corta tais benefícios é um “bode na sala”.

Ele também criticou a escolha de Pricilla Santana como secretária estadual da Fazenda:

– Essa secretária que está aí, eu briguei com ela na negociação da dívida, e o Eduardo Leite habilmente botou ela aqui para renegociar. Depois ela sai. Isso é um projeto de poder do nosso governador.

Mais tarde, em uma postagem em rede social, Cairolí pediu desculpas pelas declarações. Ele reconheceu que utilizou “palavras inadequadas” e que foi “generalista” em suas afirmações.

Nota do Piratini

• Em nota, o governo do Estado afirmou que a revisão de benefícios foi a alternativa encontrada para “assegurar a capacidade de investimentos do Estado em serviços essenciais à população” e que a “simples reversão dos decretos sem alternativa de receitas não é uma opção”.

• O Piratini alegou ainda que manterá diálogo aberto com as entidades para “a construção de uma solução conjunta”.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 8